

19 MAI 1984

Imobilizados pela insegurança

Economia

Brasil

A concentração política, impedindo a renovação sistemática no poder, matou a geração de novas lideranças e, como consequência, não deixou circular o ar das novas idéias. A concentração econômica, afastando-nos da economia de mercado, jogou nas mãos do Estado a possibilidade do milagre ou do desastre. Infelizmente, a sorte não nos favoreceu. Ocorreu o pior, por termos cometido a imprudência de colocar todos os ovos na mesma cesta. A omelete que resultou é a crise em que estamos mergulhados.

A intervenção estatal provocou um desequilíbrio no sistema produtivo. As desvantagens e os riscos estão evidentes, sendo a crise em que se debatem as nossas empresas o problema menor. O grave é que a situação, não sendo circunstancial mas estrutural, tornou-se realmente crítica. Para não deixar dúvidas: esta crise é efeito. Sua causa é a estrutura do sistema produtivo. Significa que, se não houver uma reorganização estrutural, o que é um problema político, não haverá solução satisfatória para a crise.

A estrutura do sistema econômico brasileiro, após anos de um processo artificial de concentração, que se mostra perverso em seus efeitos, permite classificar as empresas, em relação ao mercado, em dois grupos:

I. — As competitivas (que se sujeitam às leis de mercado);

II. — E as protegidas ou semiprotegidas (oligopólios, monopólios, cartéis).

Entre as empresas protegidas estão as estatais que, por si só, detêm 2/3 dos investimentos do País. Constatase que o espaço para a empresa competitiva está no limite do inexpressivo.

A atividade competitiva enfrenta uma crise existencial. O sistema produtivo, estruturado com predomínio de empresas protegidas, entró num círculo vicioso que se autoalimenta na sequência do processo, inviabilizando as competitivas. Numa comparação com a natureza, podemos dizer que, estabelecido o desequilíbrio ecológico, o processo só termina com o fim da espécie ameaçada. Assim, a inflação — consequência do elevado preço da máquina governamental, do poder do setor protegido de transferir custos — acaba sacrificando o setor competitivo que, não conseguindo transferir os ônus recebidos na velocidade necessária, se descapitaliza e termina por reduzir a participação no mercado.

O preço deste desequilíbrio — a hiperinflação, a convid-

vência simultânea de uma dezena de medidas de valor (ORTNs — UPC — etc...) e nenhuma moeda confiável, o confisco tributário que, casuista, impede de se prever até o passado, o custo do dinheiro em bases variáveis, a recessão generalizada — e mais a instabilidade política resultam na imobilização da ação empreendedora. O produto final está aí:

- cai a poupança, pois não sobram lucros;
- não há investimento, pois não há poupança nem perspectiva;
- aumenta, como fruto da falta de investimentos, o desemprego.

Estamos imobilizados pela insegurança. Se não há prêmio ao risco, por que investir? Se não há demanda, por que expandir a produção? Se não há sinais confiáveis de mercado, como planejar?

Enquanto a estrutura ia-se deteriorando, o crescimento da economia foi financiado pelo crédito externo, e a máquina governamental, alimentada pelo endividamento interno. Logo que a fonte de recursos se esgotou, como era de se esperar, pois nada é mais inseguro e transitório que dinheiro emprestado, acabou o milagre, a ilusão de investir e gastar indefinidamente sem antes economizar, e o sistema entrou em crise.

A ação necessária para uma retomada duradoura do desenvolvimento exige que se restabeleça a confiança do País. Confiança que depende da existência de:

- uma liderança que motive a nação ao empreendimento;
- redução do custo do estado para as empresas;
- a gradual eliminação de todo tipo de empresa protegida.

Será pedido, também, à sociedade o abandono das soluções mágicas. Vamos ter que nos convencer de que nem dinheiro próprio e muito menos emprestado substituem o trabalho. A verdade é que nada substitui a eficiência na construção da riqueza, particular ou nacional. Portanto, das lideranças será exigida vontade política: para fazer os detentores de situações privilegiadas abrirem mão do comodismo em troca do resultado obtido no trabalho; para reduzir o custo da máquina estatal; e para, enfim, abrir espaço para que volte a florescer a empresa competitiva.

JORGE WILSON SIMEIRA JACOB
Presidente do Grupo Fenici